

DELSY GONÇALVES DE PAULA
HELOISA MARIA MURGEL STARLING
JUAREZ ROCHA GUIMARÃES
Organizadores

ZENTIMENTO DE REFORMA AGRÁRIA, ZENTIMENTO DE REPÚBLICA



EDITORA
UFMG

DELSY GONÇALVES DE PAULA
HELOISA MARIA MURGEL STARLING
JUAREZ ROCHA GUIMARÃES
Organizadores

SENTIMENTO DE REFORMA AGRÁRIA,
SENTIMENTO DE REPÚBLICA

Belo Horizonte
Editora UFMG
2006

RODRIGO PATTO SÁ MOTTA

DO OUTRO LADO DA CERCA:

Os conservadores e a reforma agrária

A gênese do pensamento conservador confirma a importância de 1789 como marco histórico decisivo, divisória temporal simbólica que inaugura o período contemporâneo. A inspiração dos formuladores do conservadorismo nasceu dos grandes embates e convulsões provocados pela Revolução Francesa. O evento revolucionário abriu enorme fosso, de dimensões internacionais, separando admiradores apaixonados e inimigos empedernidos. A Revolução deu origem a uma tradição de pensamento e militância revolucionários, mas sua contraparte conservadora surgiu quase ao mesmo tempo e lançou raízes tão fundas quanto a primeira, embora seja menos visitada pelos pesquisadores¹. Se for possível supor a existência anterior da sensibilidade conservadora, é verdade também que a sistematização de ideias e valores conservadores veio a ocorrer somente após o impacto da ameaça revolucionária, em fins do século XVIII. Amedrontados ante um processo de mudanças abruptas na ordem social e política, tanto mais sério devido à Revolução não ter sido evento episódico, mas o início de um movimento que parecia não enxergar obstáculos ou limites, os primeiros pensadores conservadores começaram a lançar suas ideias no papel pouco após os acontecimentos de

1789. Edmund Burke e Joseph de Maistre, considerados os pais fundadores da tradição conservadora, publicaram suas obras seminais, *Reflexões sobre a Revolução em França* e *Considerações sobre a França*, respectivamente, em 1790 e 1796. As obras desses pensadores contribuíram para organizar e sistematizar os pontos de vista dos conservadores (a expressão só entraria em uso na década de 1830), que passaram a dispor de um ideário para se contrapor ao dos revolucionários.

Poderíamos resumir o pensamento conservador nos seguintes pontos. Primeiramente, ao contrário de seus adversários, os conservadores têm uma visão pessimista sobre o homem, que consideram um ser imperfeito e pecador. Os homens não deveriam ter muita liberdade, pois, assim, estariam livres para cometer crimes e fazer o mal. Daí a necessidade de instituições superiores para controlar suas tendências negativas, como a comunidade, o Estado e a Igreja. Às instituições religiosas caberia um papel capital, na medida em que inculcariam nos homens os valores necessários ao respeito à ordem e às hierarquias. Dessa forma, a Igreja era vista como o principal sustentáculo da luta contra as forças revolucionárias, o verdadeiro "cimento" da manutenção da ordem. A desigualdade social é considerada algo natural para os conservadores, inerente à condição humana e conforme aos desígnios divinos. Mais do que isso, a desigualdade é tida como positiva, pois auxiliaria o bom funcionamento da sociedade, ao criar uma aristocracia preparada para gerir a comunidade². Consequentemente, os conservadores defendem a importância do respeito às hierarquias sociais, vistas como um dos pilares da boa sociedade. Criticam, ainda, o individualismo, opondo-lhe o primado da coletividade, e vislumbram na imagem de uma comunidade orgânica o fundamento da harmonia e do bem. Aos conservadores clássicos desagradava a ênfase conferida pelos iluministas à razão e à ciência, que eles preferiam ver subordinadas à fé e às determinações divinas.

Vale a pena destacar a opinião do pensamento conservador sobre a propriedade, tendo em vista o foco central deste trabalho.

O respeito à propriedade é considerado um valor sagrado, inquestionável; não se trataria de direito dos homens, ideia que os conservadores repudiam, por parecer abstrata e artificial, mas de algo inscrito nos preceitos da natureza e nos ditames de Deus. A propriedade seria um dos principais fundamentos da ordem, da religião e da moralidade, pois ela garantiria a manutenção dos serviços religiosos e a constituição da aristocracia responsável por zelar pela observância dos bons costumes e preceitos cristãos. É interessante mencionar que a concepção dos conservadores diverge da perspectiva liberal, que igualmente confere primazia à propriedade. A diferença é que, para os conservadores, a propriedade não é uma mercadoria ou um bem ao alcance de qualquer pessoa, mas um patrimônio ligado à tradição e a valores arraigados. A elite aristocrática deve possuir bens e riqueza, mas isso implica observar obrigações morais (honra, religião) que a caracterizariam como guia e modelo para os homens do povo.

Feita essa síntese esquemática do pensamento conservador, cabe a pergunta: qual o impacto dessa tradição no Brasil? Há uma característica singular na cultura e na política brasileiras: poucas lideranças e personagens públicos assumem claramente posturas conservadoras, o que poderia levar um observador desatento a supor sua inexistência no país. Parte da explicação para o fenômeno reside na fraqueza ou virtual ausência das condições que propiciariam bases sólidas para um conservadorismo ao estilo europeu. País jovem, subjugado e conquistado por colonizadores ávidos por riqueza, o Brasil não viu nascer hierarquias sociais rígidas, ou uma nobreza forte, ciosa de tradições ancestrais, e tampouco um clero rigoroso na observância (própria e alheia) dos preceitos cristãos. Um dos paradoxos brasileiros é a existência de desigualdades extremas de riqueza - propiciada pela adoção de formas de exploração brutais do trabalho, ao mesmo tempo que se verifica notável mobilidade social: fortunas e propriedades podem ser adquiridas em curto espaço de tempo, enquanto a riqueza se evapora

em outras mãos. O alto grau de miscibilidade racial é outro elemento a apontar para a dificuldade de constituir elites coesas e fiéis a valores tradicionais, embora em certos casos isso tenha ocorrido.

Sendo esse o perfil das elites do país, não foi tarefa fácil justificar um projeto conservador ao estilo clássico no Brasil. Onde encontrar tradições arraigadas a preservar? Em que passado os conservadores poderiam projetar uma imagem de Era de Ouro a ser restaurada? Distanciando-se de um modelo tradicionalista, o país tem sugerido a seus habitantes mais a imagem da incompletude, de projeto inacabado, do que inspirado saudosismo e sentimentos reacionários. Não é sem motivo que a sociedade brasileira é tão ávida por novidades e acolhe bem propostas de mudanças e projetos inovadores. Podemos dizer, correndo o risco de parecer especulativo, que os defensores do progresso e da mudança normalmente encontram mais receptividade do que os nostálgicos do passado. Se nosso raciocínio estiver correto, daí decorre outra explicação para a pouca frequência do aparecimento público dos conservadores. Numa sociedade pouco apegada ao passado e a tradições, e na qual são tão visíveis os problemas sociais e a necessidade de acelerar o tempo para abreviar a chegada do futuro, discursos puramente conservadores arriscam-se a conquistar pouca audiência. Por isso, nos momentos em que emergiram movimentos conservadores significativos, como, por exemplo, em 1935-1937 e 1961-1964, as ideias reacionárias acabaram se mesclando a valores liberais, e os regimes políticos daí resultantes, híbridos, implantaram projetos de modernização- conservadora.

Essa introdução, até certo ponto longa, tornou-se necessária para uma compreensão adequada do pensamento e das representações construídas pelos grupos contrários à reforma agrária no Brasil. Ela ajuda a entender por que parte desses grupos não se considerava, ou não se apresentava, totalmente contrária à reforma agrária. Quase todos os que discordaram dos projetos

reformistas se diziam a favor de algum tipo de mudança na estrutura fundiária. Mesmo a ultra-reacionária Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), como se verá, admitia a existência de problemas e a possibilidade de intervenções pontuais das autoridades públicas nas relações sociais do campo. Geralmente, os grupos conservadores não opunham frontalmente às propostas mudancistas, qualificando-as como inadmissíveis e intoleráveis, mas expressavam o temor de que as iniciativas reformadoras saíssem do leito normal e descambassem para a revolução social.

Ocorreu algo do gênero no final do século XIX, em meio aos debates parlamentares suscitados pelas campanhas abolicionista e republicana. Alguns parlamentares e intelectuais sugeriram que fossem doadas terras aos ex-escravos no contexto da abolição, de forma a integrá-los à sociedade como cidadãos e homens livres. Vale lembrar, parte do pensamento republicano via na propriedade um pré-requisito para o exercício efetivo da liberdade. Esse ensaio de reforma na estrutura fundiária não teve chance de ganhar a atenção pública, quanto mais de ser colocado em prática. Tais ideias receberam ataques furiosos da opinião conservadora, que as lançou ao opróbrio sob o argumento de tratar-se de projeto comunista³. Como veremos, no século seguinte, quando a bandeira da reforma agrária gerou movimentos sociais significativos, argumentos semelhantes seriam utilizados pela opinião conservadora.

O contexto do século XIX, que viu a construção do Estado brasileiro, apresenta-se importante para uma melhor compreensão do tema do conservadorismo, e é oportuno para refinarmos nossa análise. Afirmamos que as ideias conservadoras tradicionais apresentaram pouca densidade no Brasil e encontraram frágil enraizamento social. Porém, isso não significa que as elites tenham aceitado com tranquilidade propostas de reforma no campo. Elas se opuseram, resistiram e trabalharam pela manutenção de uma estrutura fundiária concentradora da propriedade, consagrada pela Lei de Terras de 1850. Do mesmo

modo, elas envidaram esforços para impedir a tributação efetiva da propriedade da terra, questão também aventada no debate republicano dos anos 1880-1890 e postergada durante décadas, até ser finalmente incluída no Estatuto da Terra (1964).

Entretanto, essa ação política, que primou pela manutenção do status quo no campo e garantiu a continuidade da concentração fundiária, nem sempre foi sustentada por argumentos retirados do arsenal conservador. Muitas vezes, a oposição às reformas organizou-se a partir de argumentos liberais - interferir na propriedade rural iria desorganizar a economia brasileira e prejudicar as exportações - ou baseou-se em estratégias de aterrorização, como a manipulação da ameaça comunista. Em que pese notarmos a presença de alguma mobilização conservadora no século XIX, responsável por manter o campo afastado dos processos de modernização e, principalmente, de politização, os quais afetavam as grandes cidades, somente no século seguinte ocorreram movimentos de vulto nessa área. Assim como seus congêneres de toda parte, os conservadores brasileiros eram tanto mais estimulados a agir quando se sentiam inseguros.

Nos anos 1930, as esquerdas começaram a agitar a bandeira da reforma agrária, partindo da crítica ao latifúndio. Um dos lemas da Aliança Nacional Libertadora (ANL) era a denúncia da estrutura da propriedade rural, que os líderes dessa frente das esquerdas consideravam atrasada e uma das principais fontes de injustiça social. A partir de então, os comunistas incorporaram ao seu discurso uma retórica "antilatifúndio", mas tratava-se de tema secundário frente à opção preferencial pelas lutas dos operários urbanos. Foi nos anos 1950 que, efetivamente, começou uma movimentação mais intensa das esquerdas nas zonas rurais, com os eventos de Porecatu, Formoso e Trombas, a fundação da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, 1954) e a formação das Ligas Camponesas. Tal contexto fez despertar a sensibilidade conservadora dos grupos ligados à propriedade rural, que até então não tinham

motivos sérios para se preocupar. A sensação de perigo, partilhada por tais grupos, tornou-se mais aguda no início da década de 1960, com o processo de radicalização no campo e a percepção de que o governo de João Goulart dava apoio às reivindicações esquerdistas, notadamente às demandas por reforma agrária.

O debate em torno da reforma agrária foi um dos pontos-chave da radicalização política e ideológica da primeira metade dos anos 1960. Os grupos de esquerda (e alguns de centro), agregados ao redor do governo Goulart, deram sustentação ao projeto de realizar reformas de base no Brasil e, entre elas, o destaque maior cabia à reforma agrária. A reivindicação vinha escudada no aumento da politização de camponeses e trabalhadores rurais, cujas organizações eram disputadas por várias facções da esquerda, aí incluídas tendências ligadas à Igreja católica. A proposta de distribuir terras gerava grande ansiedade no campo conservador, ainda mais porque estava em discussão a maneira como as desapropriações seriam pagas. A Constituição de 1946 estipulava a possibilidade de desapropriação por interesse social, mas condicionava a aplicação do dispositivo à indenização prévia em dinheiro. Os defensores da reforma agrária consideravam que o preceito constitucional tornava-a impraticável, posto que o Estado não teria os recursos necessários. Além do mais, temia-se o risco de transformar a operação num grande negócio para os proprietários. Vale ressaltar, essa opinião não era exclusividade das esquerdas; alguns políticos e lideranças moderadas concordavam com a necessidade de alterar a Carta Magna para viabilizar a reforma agrária, de modo a indenizar os antigos donos das terras com títulos federais. Já os proprietários, previsivelmente, denunciavam eventuais desapropriações com papéis da dívida pública como esbulho, um atentado inadmissível ao direito à propriedade.

Os temores desse segmento social eram alimentados por outra razão: a organização e politização crescente dos

assalariados rurais e camponeses. Amedrontava muito aos proprietários a visão de que a massa de proletários rurais, então amorfa e passiva, viesse a se tornar um grupo de pressão organizado. O fantasma de uma revolução social no campo, segundo esse olhar inseguro e ansioso, adquiria contornos de perigosa verossimilhança.

A Sociedade Rural Brasileira (SRB), uma das organizações mais ativas na defesa dos interesses da grande propriedade no contexto pré-1964, começou a se envolver agudamente no debate político por causa do tema da sindicalização rural, ainda na metade dos anos 1950. A SRB foi fundada em 1919, por iniciativa de setores ligados à grande lavoura paulista. A julgar pelo conteúdo de suas publicações -notadamente a Revista da Sociedade Rural Brasileira, depois rebatizada como A Rural os grupos mais fortes ali representados eram a cafeicultura e a pecuária. Sua influência ultrapassava as fronteiras paulistas, mas a base principal do grupo estava em São Paulo. Em que pese o fato de as publicações se concentrarem em temas da economia agrícola, como informações sobre técnicas de plantio e coisas do gênero, desde sua origem, a SRB atuava como liderança política da grande lavoura, encaminhando demandas e fazendo pressão sobre o Estado na defesa dos interesses do setor. A novidade, a partir dos anos 1950, é que as atividades políticas ampliaram-se para além da tradicional pauta de reivindicações junto às autoridades estatais; elas passaram a incorporar a luta contra a expansão da legislação trabalhista ao campo e, principalmente, contra a sindicalização rural e a reforma agrária.

Em 1956, por exemplo, quando foi apresentado projeto no Congresso tratando da extensão de direitos trabalhistas já adquiridos por trabalhadores urbanos aos assalariados rurais, a SRB reagiu de maneira irada no editorial de sua revista. A iniciativa foi criticada como "populista", "continuação da ditadura" e "extremista", e, também, desnecessária, pois os "(...) trabalhadores rurais já gozam de imensas vantagens, com

contratos de trabalho que os protegem ilimitadamente (...)"⁴. Além disso, lançaram mão de argumento recorrente na tradição conservadora brasileira, o mesmo que ajudou a postergar o fim da escravidão um século antes: a interferência do Estado nas relações sociais no campo iria provocar catástrofes e males sem fim, posto que a produção seria desorganizada e a economia brasileira rumaria direto para o abismo.

Um aspecto em particular da legislação trabalhista brasileira alimentava os pesadelos dos grandes fazendeiros: o tema da sindicalização dos trabalhadores rurais. Quando, em 1962, ficou claro que o governo Goulart preparava medidas legais visando a permitir a sindicalização dos trabalhadores do campo, a SRB reagiu novamente com ira. Vários editoriais da revista *A Rural* dedicaram-se a criticar o governo, na tentativa de evitar o que os grandes proprietários consideravam a porta de entrada para o comunismo. A visão que eles tinham dos camponeses transparece nesses documentos, e ela era eivada de preconceito e medo. O argumento central é que não se poderia permitir o direito de organização política a uma plebe inculta e analfabeta, incapaz de qualquer discernimento político. Essa massa humana se tornaria instrumento de fácil manipulação nas mãos dos ativistas de esquerda e agentes do comunismo internacional, que tinham instrumentos para enganar os ingênuos trabalhadores rurais e levá-los à revolução:

Já dissemos algumas vezes e, ainda é bom reiterar, que a sindicalização rural de proletários analfabetos, dirigidos por assessores comunistas, no seu infando propósito de criar entre nós a luta de classes, só pode acabar muito mal, numa subversão da ordem, que afetará todas as classes, inclusive as camadas políticas que estão servindo de instrumento a propósitos inconfessáveis⁵.

Em outro documento, a SRB afirma que, nas cidades, é mais fácil controlar e reprimir o comunismo, devido à atividade do "serviço de policiamento de ordem política e social"⁶, vigilância que não existia nas regiões rurais. No seu entendimento, até

então a população rural mantivera-se infensa à propaganda revolucionária, mas essa tranquilidade iria acabar se o governo permitisse a criação de sindicatos no campo. Apesar das pressões exercidas pelos grandes proprietários, não foi possível evitar a extensão da legislação trabalhista ao campo, o que foi consagrado através do Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado no primeiro semestre de 1963. Mas, ao menos, os líderes da SRB puderam comemorar a derrota do projeto de emenda constitucional enviado pelo PTB, partido do governo, ao Congresso. O projeto pretendia mudar o artigo da Constituição que estabelecia a indenização em dinheiro como pré-requisito para as desapropriações. A entidade organizou uma estratégia de pressão sobre os parlamentares e rejubilou-se quando a emenda foi derrotada, em meados de 1963 - "A SRB sente-se ufana de ter tomado parte ativa nessa luta."⁷

Porém, as comemorações foram breves e a mobilização contra a reforma agrária precisou ser intensificada, pois os grupos de esquerda continuaram ativos em sua campanha reformista, causa que sensibilizava efetivamente o governo. Como a maioria dos grupos de direita, a SRB dizia admitir a necessidade de reforma agrária; entretanto, a sua reforma não passava por alterações na estrutura fundiária, mas visava a fortalecer a produção agrícola do país. No seu caso, admitir a reforma agrária não passava de expediente tático, para evitar isolar-se de uma opinião pública majoritariamente favorável a mudanças no campo. Mais frequentes que os discursos favoráveis a um arremedo de reforma agrária eram os ataques aos projetos do governo e das esquerdas, considerados calamitosos.

A argumentação anti-reformista da SRB pode ser resumida nos seguintes pontos: a economia rural seria desorganizada, e isso traria queda de produção e fome; os defensores da reforma eram aproveitadores cínicos, não estavam preocupados realmente com a sorte dos pobres do campo-fossem os comunistas, que agitavam o campo com vistas a provocar a revolução, fossem os políticos demagogos, cujos objetivos eram fortalecer

sua popularidade e liderança; os projetos de inspiração esquerdista feriam mortalmente o direito de propriedade e, com isso, colocava-se em jogo a viga mestra da sociedade liberal e democrática.

Dentre todos, sem dúvida, o tema mais candente na pregação dos grandes proprietários foi o anticomunismo, ponto de convergência de todas as direitas, no contexto pré-1964, elemento aglutinador da grande coalizão responsável pelo golpe de 31 de março⁸. De um lado, os fazendeiros efetivamente temiam comunismo, ideologia contrária à sua visão de mundo e polo de atração poderoso naqueles anos, e que conquistava adeptos entre as lideranças radicalizadas no campo. De outro lado, no entanto, havia também algo de manipulação nessa campanha, pois qualquer liderança ou proposta radical era adjetivada de comunista, de modo a desqualificar todo projeto mudancista. Desde os anos 1930, havia se consolidado no imaginário social brasileiro um conjunto de representações negativas do comunismo; assim, rotular de comunista qualquer reforma era uma maneira de lançar-lhe anátema. A SRB mobilizou seus recursos de mídia e estrutura organizativa na divulgação de que o projeto de reforma agrária encerrava o perigo comunista. Palestras com esse teor foram organizadas na sede da entidade, contando com convidados nacionais e estrangeiros⁹, e o periódico da Sociedade publicou inúmeras matérias de mesma natureza.

Analisando em profundidade a origem das ideias formuladas e divulgadas pela SRB, notamos que elas derivam de uma síntese entre as tradições conservadora e liberal. A elite dos fazendeiros paulistas defendia o primado da propriedade como fundamento da sociedade liberal e democrática, e tecia argumentos em favor da eficiência econômica e da observância de preceitos racionais no tratamento da questão agrária. Porém, essa faceta liberal aparecia mesclada a elementos conservadores, como a defesa de uma aristocracia natural e intangível, ligada à propriedade rural e escudada nos preceitos cristãos, a precedência da ordem sobre a liberdade¹⁰ e a ojeriza a planos

e projetos reformadores, vistos como abstrações em contra a tradição e a natureza.

A Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) é outra entidade contrária à reforma agrária que vale a pena enfatizar. Ela foi fundada em 1960, no contexto das polêmicas provocadas pela politização do campo e afirmação da reforma agrária, e não há exagero em dizer que as lutas anti-reformista e anticomunista constituíam sua principal razão de ser. Criada por intelectuais católicos integristas, elaborou pensamento sistemático e projeto político ambicioso, ao contrário do órgão de classe dos fazendeiros paulistas, que tinha intenções mais modestas e menor propensão à reflexão doutrinária. A TFP produziu inúmeros livros e publicações as mais diversas, muitas delas dedicadas ao tema da reforma agrária. A sua primeira obra de impacto, significativamente, foi Reforma agrária, questão de consciência, que sistematizava os argumentos anti-reformistas do grupo. Segundo a TFP, o livro vendeu 4 edições em dois anos (1ª edição em outubro de 1960; a 4ª, em junho de 1962), totalizando 30.000 exemplares. É possível que essa vendagem tenha ocorrido de fato, pois o livro foi amplamente divulgado na grande imprensa, e há indícios de que teve boa acolhida entre os proprietários rurais¹¹. Nos anos seguintes, a TFP publicaria outros livros e panfletos sobre o tema¹², mas quase sempre reafirmando os mesmos argumentos desenvolvidos em 1960.

Em meio aos vários grupos de direita atuantes no período, a TFP foi um dos mais influenciados pelo pensamento conservador. As formulações do grupo estão calcadas, essencialmente, nos pressupostos do conservadorismo tradicional. O grande sonho dos tefepistas era ver a Igreja e a religião católicas retornarem ao centro da vida social, ocupando novamente o papel de mestre e guia do Estado e do povo. O grupo era liderado por Plínio Correia de Oliveira, intelectual tradicionalista que reuniu à sua volta vários católicos leigos de inclinação conservadora, insatisfeitos com o surgimento de tendências progressistas dentro da Igreja

Embora a organização fosse externa à Igreja, alguns prelados católicos davam apoio à TFP, como Dom Geraldo de Proença Sigaud e Dom Augusto de Castro Mayer, que, no início dos anos 1960, ocupavam, respectivamente, as funções de Arcebispo de Diamantina e Bispo de Campos.

Da interpretação tradicionalista do catolicismo derivam o modelo de sociedade e as concepções políticas esposadas pela TFP. Além do retorno à primazia da Igreja na sociedade, a organização defendia outros pontos de vista decalcados do conservadorismo clássico, como a concepção de que as desigualdades sociais-bem como as relações hierárquicas decorrentes- seriam positivas e naturais, um modo de manter a ordem em conformidade com a vontade divina¹³. Além disso, a entidade esposava a crítica ao individualismo do mundo moderno, opondo-lhe um modelo de sociedade orgânica¹⁴, em que prevaleceriam a harmonia e o bem. Ao contrário da luta de classes afirmada pelas esquerdas, os tefepistas vislumbravam uma vivência comunitária tranquila, em que as elites naturais não seriam consideradas privilegiadas ou exploradas, mas atuariam como guias do povo nas práticas cristãs. De acordo com essa visão, as classes superiores eram ricas e mais instruídas exatamente para desempenhar o papel de condutoras, e deveriam evitar luxo e ostentação excessivos para não alienar a estima e o respeito devidos pelas classes inferiores.

Naturalmente, a TFP defendia a propriedade como valor sagrado e intocável, atributo ligado às famílias de elite e suporte indispensável à manutenção de toda a hierarquia social. Em sua concepção, propriedade e família seriam valores indissociáveis e interdependentes: se uma fosse destruída, a outra lhe seguiria o destino. Para que a família cristã pudesse estar bem constituída, era indispensável a propriedade, para o provimento dos recursos necessários à criação dos filhos e uma vida digna e virtuosa, que servisse de modelo para os humildes. Abolido o princípio da propriedade, a família cristã pereceria, e com ela a boa comunidade, abrindo caminho para a barbárie e o

totalitarismo. Nessa visão, o comunismo seria o grande inimigo, a principal ameaça, pois ele comandaria as forças contrárias à propriedade, à família e aos valores cristãos. A TFP gastou boa parte de sua energia e recursos combatendo o comunismo, a ponto de ter publicado um livro sobre a história do grupo (dos primórdios da militância de Plínio Oliveira até 1980), com o sugestivo título Meio século de epopeia anticomunista.

Assim, em suas diatribes contra a reforma agrária, a TFP lançava mão, essencialmente, de argumentos recolhidos do "arsenal" de ideias conservadoras. O cerne da pregação anti-reformista da TFP situava-se na denúncia de que os projetos reformistas implicavam a agressão ao direito de propriedade. Os seguidores de Plínio Corrêa de Oliveira não aceitavam o argumento-utilizado por muitos reformistas para desmobilizar seus críticos - de que a distribuição de terras, ao aumentar o número de proprietários, fortaleceria o instituto da propriedade. Para os tefepistas, isso não passava de engodo das esquerdas, uma isca para desviar a atenção das forças conservadoras. Na opinião desse grupo de católicos tradicionalistas, a implantação dos planos reformistas acabaria por levar o país ao comunismo, objetivo final das esquerdas. Segundo a TFP, por trás das aparentemente tímidas reformas, escondia-se diabólico estratagema revolucionário. O combate ao latifúndio e a intenção de distribuir terras visava, principalmente, à destruição das elites agrárias, grupo social que constituía um dique natural contra os planos revolucionários. A transformação da estrutura fundiária, que passaria a contar com uma massa de pequenas propriedades espalhadas país afora, seria um passo no caminho do socialismo, pois a destruição da aristocracia rural tornaria mais fácil a coletivização das terras por parte do Estado. Desse modo, a reforma agrária defendida pelas esquerdas deveria ser combatida a todo custo, pois ela colocaria em grave risco o direito à propriedade e, por consequência, as outras células básicas da boa ordem social, a religião e a família, consideradas pelos teóricos da TFP como elementos indissociáveis do estatuto da propriedade.

O tradicionalismo extremo da entidade revela-se na construção de argumentação peculiar para convencer os católicos do caráter anticristão da reforma, o problema de consciência mencionado no título do principal livro da TFP. Os tefepistas lançaram o argumento de que católicos fiéis não poderiam aceitar terras distribuídas em decorrência dos projetos reformistas do governo, pois estariam incidindo em pecado grave. Seria uma transgressão direta aos mandamentos fundamentais da religião, pois entrariam em choque com o 7º e o 10º mandamentos¹⁵: "Não roubarás" e "Não cobiçarás as coisas alheias". É pouco provável que a menção à lei mosaica tenha comovido alguém entre os eventuais beneficiários das reformas, provocando o medo de receber punição divina caso aceitassem receber as terras, mas ela é reveladora do pensamento da TFP.

De modo semelhante ao que faziam outros grupos de direita, e provavelmente no intuito de enfraquecer as bandeiras reformistas, a TFP afirmava ser favorável a algumas reformas no campo. Em algumas de suas publicações, a entidade reconhecia a existência de problemas e distorções no campo, que poderiam ser objeto da ação do Estado. Porém, as mudanças aceitáveis deveriam estar de acordo com a tradição, os valores cristãos e o caráter sagrado da propriedade. Boa parte desses problemas, na visão da TFP, decorria de fatores morais e não tinha origem em estruturas sociais ou econômicas, como alegavam as esquerdas. Na sua visão, a chave da questão residia no desrespeito aos preceitos cristãos, em decorrência dos malefícios trazidos por influência do mundo moderno e do liberalismo. As pessoas preocupavam-se cada vez mais com o prazer e a riqueza, esquecendo-se dos ensinamentos cristãos sobre a modéstia e a frugalidade e, com isso, estimulavam as classes inferiores a se rebelarem contra sua condição. Era preciso uma reforma moral, de modo que a aristocracia social mostrasse aos de baixo o caminho de uma vida cristã modesta e sóbria, o que inculcaria respeito à hierarquia e aceitação da pobreza.

Embora enfatizasse a necessidade de fortalecimento da moral cristã e minimizasse os problemas sociais no campo, a TFP reconhecia que, em certos casos, o Estado poderia agir. Mas apenas em casos muito excepcionais seria admissível a desapropriação, pois haveria outras opções melhores: primeiro, o uso das terras sob controle da União, que corresponderiam a uma área capaz de atender às necessidades de milhares de famílias; segundo, o Estado deveria estimular a colonização de áreas inexploradas na vastidão do interior brasileiro, e não desapropriar terras em regiões densamente povoadas. Além disso, a reforma agrária da TFP passava pela concessão de mais crédito e assistência técnica para o "homem do campo", medidas que iam ao encontro das demandas dos grandes proprietários¹⁶. Fiel tributária do pensamento conservador, a TFP desconfiava de planos e projetos reformistas, confiando na tradição como fonte de sabedoria e repositório de valores sagrados que, no máximo, precisariam de ajustes para se adequar à passagem do tempo, mas mudanças "(...) feitas sempre com o intuito de conservar"¹⁷.

As opiniões dos conservadores brasileiros acerca da reforma agrária podem ser analisadas à luz da teoria elaborada por Albert Hirschman em *A retórica da intransigência*. Sob o impacto da onda conservadora que emergiu na sociedade norte-americana, nos anos 1980, Hirschman propôs-se ao exame dos argumentos ou da retórica utilizada tanto pela nova, quanto pela velha direita. A intenção do cientista social norte-americano não era teorizar sobre os fundamentos do pensamento conservador, mas investigar as estratégias de discurso adotadas na luta contra as ideias de esquerda. Hirschman chegou a uma tríade, as teses da perversidade, da futilidade e da ameaça. Nas suas palavras:

De acordo com a tese da perversidade, qualquer ação proposital para melhorar um aspecto da ordem econômica, social ou política só serve para exacerbar a situação que se deseja remediar

A tese da futilidade sustenta que as tentativas de transformação social serão infrutíferas, que simplesmente não conseguirão "deixar uma marca". Finalmente, a tese da ameaça argumenta que o custo da reforma ou mudança proposta é alto demais, pois coloca em perigo outra preciosa realização anterior."¹⁸

Nos discursos contrários à reforma agrária, especialmente nas formulações da TFP, encontramos elementos que podem ser enquadrados na tipologia proposta pelo autor. Nos livros publicados por tefepistas sobre o tema, afirma-se o caráter fútil dos intentos reformistas, pois "(...) a Reforma Agrária não trará a felicidade e o bem-estar dos supostos beneficiários dela, os trabalhadores rurais sem-terra (...)"¹⁹. Para além da futilidade, apontavam também a presença de efeitos perversos: as reformas não seriam somente inúteis, mas tornariam piores as condições de vida dos trabalhadores rurais. A distribuição de terras, de acordo com essa ótica, provocaria um processo de favelização nas zonas rurais, pois a burocracia estatal não seria capaz de oferecer aos novos proprietários suporte técnico e financeiro indispensável para se tornar produtores rurais. O resultado inexorável seria o aumento da pobreza e o desperdício inútil de recursos públicos.

Dos três elementos da retórica conservadora, identificados por Hirschman, sem dúvida, o mais explosivo politicamente é a tese da ameaça. Nesse ponto, residiu o argumento decisivo na arregimentação dos movimentos anti-reformistas. No caso brasileiro, trata-se da percepção de que existiria um perigo comunista rondando os planos de reforma agrária, uma ameaça escondida nas fimbrias dos discursos favoráveis à distribuição de terras. De acordo com a argumentação dos grupos conservadores, OS planos reformistas encerrariam ameaça grave à sobrevivência da propriedade privada, e risco palpável de irrupção de uma revolução socialista. Variava a avaliação quanto aos vínculos entre reformismo agrário e comunismo- para alguns, os comunistas instigavam a agitação política para facilitar

conquista do poder, enquanto outros entendiam que o risco estava na possibilidade de o processo de politização dos camponeses sair do controle e degenerar em revolução, mas, de qualquer modo, os grandes proprietários convergiam para uma sensação de iminência do perigo.

Como já foi dito, a conjuntura anterior ao golpe de 1964 foi um momento-chave nos debates em torno da questão da terra, em que se digladiaram defensores e opositores da reforma agrária. A opinião conservadora teve papel destacado entre os adversários das reformas, entretanto, o quadro ideológico e os alinhamentos políticos foram mais complexos do que pode parecer a um olhar superficial. Além dos conservadores, argumentos liberais, nacionalistas, socialistas e desenvolvimentistas alimentaram as polêmicas políticas e ideológicas da época, confrontando-se e, eventualmente, mesclando-se nas diversas propostas que surgiram para enfrentar a questão agrária.

O tema da reforma agrária polarizou o debate político nos anos 1960, mas é um equívoco supor que a coalizão responsável pelo golpe de 1964 tenha se estruturado à base de posturas anti-reformistas radicais. A frente que deu sustentação ao golpe era heterogênea, tanto do ponto de vista social (empresários, militares, classes médias, religiosos), quanto do ideológico (conservadores, liberais, nacionalistas de direita), e teria sido difícil sua formação em torno de programa positivo. A reunião de grupos tão dispares foi possível porque se tratava de lutar contra um inimigo comum, para barrar um processo de crescimento das esquerdas que parecia ameaçar o status quo. Uma coalizão tão ampla não teria se formado ao redor da oposição radical à reforma agrária; não é por outro motivo que o ponto de reunião dos grupos responsáveis pela queda do governo Goulart foi o anticomunismo.

A extrema-direita e os grandes fazendeiros não desejavam reformas efetivas no campo, embora em seus discursos pudessem admitir mudanças; mas os setores liberais e os militares por exemplo, aceitavam a reforma agrária e, mais ainda alguns

deles achavam-na necessária para o desenvolvimento do país. Entidades influentes sobre a opinião liberal-conservadora como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) eram favoráveis à reforma da estrutura fundiária do país. O IPÊS chegou a elaborar uma proposta de reforma agrária, provocando polêmica e atraindo ataques de grupos à direita, como a TFP, que, irada, acusou-o de render-se ao "agro-reformismo confiscatório". O governo norte-americano, um ator importante nos embates dos anos 1960, também era favorável à distribuição de terras, o que constituía um dos itens da Aliança Para o Progresso. Esse programa de financiamento dirigido aos países da América Latina, elaborado sob impacto da Revolução Cubana e concebido para impedir a disseminação através do continente de experiências inspiradas no regime castrista, vislumbrava na reforma agrária um dique contra o crescimento da influência comunista. Outro indício interessante de que a recusa radical à reforma agrária não tinha força para polarizar o debate político: pesquisas do IBOPE, realizadas às vésperas do golpe, mostram que apenas 30% da população opunham-se frontalmente à reforma, enquanto 60% diziam-se favoráveis²⁰. Dessa maneira, ao aceitar mudanças no campo, os segmentos moderados da oposição ao governo Goulart refletiam a opinião majoritária entre a população, a qual; provavelmente, não desejavam afrontar.²¹

Para os moderados, o que preocupava em Goulart não era tanto o seu anseio reformista, mas a disposição de aliar-se it esquerda, inclusive aos comunistas, para alcançar seus objetivos. Alegava-se que o reformismo do presidente não era sincero, consistindo apenas em expediente demagógico, utilizado para atrair o apoio das esquerdas e agitar o país, abrindo caminho para um golpe continuísta. O argumento dominante entre os organizadores dos movimentos contra Goulart e o golpe subsequente não era o discurso anti-reformista, mas a denúncia de que as reformas do presidente escondiam o espectro do comunismo. Em sua propaganda e campanhas públicas, opuseram

reformas de esquerda outras reformas, adjetivadas como cristãs e democráticas. Tratava-se, em parte, de uma estratégia para esvaziar o discurso das esquerdas e do governo, na tentativa de tomar posse da bandeira reformista que, como demonstraram as pesquisas de opinião citadas, alcançava grande aceitação entre a sociedade. Assim, para alguns dos integrantes da coalizão golpista, a menção a reformas cristãs e democráticas não tinha outro propósito além de ganhar a batalha de propaganda via mobilização de valores caros a segmentos expressivos da sociedade; no máximo, pensavam em reforma agrária como aumento dos financiamentos públicos à agricultura. Porém, havia uma ala entre os vitoriosos de 1964 dispostos a reformar a estrutura agrária, e isso causou uma das primeiras grandes fissuras entre a coalizão golpista.

Pouco após ser empossado na presidência, o General Castelo Branco criou um grupo de trabalho, presidido por Roberto Campos, para elaborar um projeto para a reforma agrária. Influenciado pelo pensamento do IPÊS e da Aliança Para o Progresso, mas também ecoando alguns argumentos elaborados por auxiliares do governo Goulart, o grupo comandado por Roberto Campos elaborou o Estatuto da Terra e uma Emenda Constitucional. Para desespero dos defensores da grande propriedade rural, o projeto enviado ao Congresso pelo primeiro governo "revolucionário" não diferia significativamente das propostas reformistas do regime deposto. A Emenda Constitucional removia da Carta Magna o que as esquerdas pré-1964 apontavam como obstáculo à reforma: a exigência de indenizar as desapropriações em dinheiro. O artigo 141 da Constituição foi alterado, passando a ser permitido ao Estado indenizar a desapropriação de terras com títulos da dívida pública, resgatáveis em vinte anos²². O Estatuto da Terra constituía um texto legal amplo e detalhado, configurando uma política coerente para modificar a estrutura agrária do país, apresentada como necessária em face das demandas por justiça social no campo. Para além dessa meta social, que encerrava nas entrelinhas o

desejo de despolitizar o debate e retirar o conteúdo radical dos projetos reformistas - diminuindo o espaço para a atuação das esquerdas no campo -, o Estatuto tinha como motivação modernizar a economia brasileira, pois o documento via na distribuição de terras uma maneira de aumentar a produtividade do campo e fortalecer a industrialização. Embora existissem grandes semelhanças entre o Estatuto da Terra e os projetos elaborados no governo Goulart, uma diferença importante os afastava: a reforma agrária que tentaram fazer os militares tinha um viés técnico e apolítico, e vinha conectada a uma ofensiva repressiva contra os líderes dos camponeses e trabalhadores rurais²³.

O intento reformista do governo Castelo Branco provocou reação furiosa dos grupos mais conservadores, que o acusaram de trair o espírito da "revolução de 1964". A Sociedade Rural Brasileira, nos editoriais de seu periódico, criticou asperamente o Estatuto da Terra. Um dos mais irados intitulava-se, significativamente, "Mantenhamo-nos em armas"²⁴, uma sugestão de que os fazendeiros poderiam vir a chocar-se contra o novo governo em defesa de seus interesses. Denunciava-se, ali, a influência de pessoas ligadas a Goulart na definição das políticas do governo Castelo Branco, bem como a existência de inspiração alienígena na elaboração do Estatuto da Terra. Estupefata, a SRB bradou contra o que considerava uma traição:

Iniciávamos, em março do ano passado, uma campanha de profundidade em defesa do direito de propriedade, fundamento da civilização cristã e democrática em que vivemos, ameaçado então pelo governo deposto que, através de uma emenda constitucional, pretendia a sua derrogação.

(--)

A luta que sustentamos foi ordenada e mesmo acirrada, o que prova seu desfecho pela revolução de março, na qual a classe agrícola, abandonada a sua natural e tradicional serenidade, se dispôs a aceitá-la em qualquer terreno, inclusive por meio das armas.

Entretanto, pela mais incompreensível ironia do destino, decorridos apenas 8 meses da vitória da revolução, o governo atual que recebeu a consolidação dos anseios do povo, no qual se inclui a nossa classe - adota a mesma intenção dos dirigentes depostos, apresentando idêntica proposta de emenda constitucional²⁵.

A reação da TFP foi semelhante. A entidade publicou um texto em que denunciou, no Estatuto da Terra, a inspiração do agro reformismo prevalecente no período pré-1964. Esses grupos receberam o apoio de parcelas da extrema-direita militar e de lideranças parlamentares²⁶, formando uma corrente de pressão 26 poderosa sobre o governo Castelo Branco.

Episódio interessante desse embate deu-se com a questão da tributação progressiva da propriedade rural, que era uma das medidas previstas pelo Estatuto, no intuito de cobrar dos grandes fazendeiros maior contribuição fiscal. O tema da tributação constituía debate antigo no Brasil; há quase um século denunciavam-se os privilégios fiscais da grande propriedade rural, e imaginavam-se mecanismos de tributação como estratégia de combater o latifúndio improdutivo. Durante décadas, os proprietários conseguiram manter as terras isentas da cobrança de impostos, e o regime militar, inicialmente, propôs-se a corrigir essa distorção. Na concepção original, o Estatuto da Terra previa a criação do Imposto Territorial Rural (ITR) e um cadastro nacional da propriedade, para proporcionar meios de fiscalizar e evitar a sonegação. Entretanto, em meio à celeuma gerada entre os proprietários de terras e seus defensores, as forças conservadoras lograram diminuir o impacto tributário previsto pela cobrança do ITR. Um encontro de Secretários Estaduais de Agricultura, organizado pelo Governador Magalhães Pinto em julho de 1964, na cidade de Viçosa, teve impacto marcante nas discussões sobre as alíquotas do ITR. Por sugestão dos Secretários, a alíquota básica do imposto foi reduzida drasticamente em relação ao valor originalmente projetado. Por força da articulação dos

representantes dos governos estaduais, consagrou-se ao final uma alíquota reduzida a menos de 40% do previsto pelos formuladores do Estatuto da Terra.

As pressões exercidas contra Castelo Branco não conseguiram impedir a aprovação da Emenda Constitucional e do Estatuto da Terra, mas geraram um fenômeno comum na história brasileira: a lei não pegou. Embora o governo tenha imposto a aprovação das medidas aos segmentos da direita contrários à reforma, na prática estabeleceu-se um compromisso; a legislação foi aprovada, mas não foi utilizada pelo regime militar, a não ser em casos excepcionais. A iniciativa reformadora do primeiro governo militar, a ce-leuma por ela provocada e a situação de compromisso a que se chegou são emblemáticas da tradição política brasileira. Novamente, na história brasileira, medidas reformistas foram implementadas por governo autoritário, que se apropriou de propostas geradas em círculos progressistas²⁷. Não foi a primeira vez que um regime político gerado por forças conservadoras (nesse caso, liberal-conservadoras), vitoriosas após confrontar-se com movimentos radical-reformadores, tentou implantar parte da plataforma política dos derrotados na véspera. Porém, em que pesem os anelos reformistas de alguns membros do regime militar, a força de outra tradição acabou prevalecendo, o peso do conservadorismo dos grandes proprietários rurais. Eles conseguiram bloquear os intentos do governo Castelo Branco de reformar a estrutura fundiária, tornando o Estatuto da Terra uma bela declaração de intenções, e nada mais.

É verdade que o movimento sindical rural tentou explorar as brechas abertas por essa legislação, e lutou por sua aplicação; mas os resultados foram modestos. Paulatinamente, o regime militar foi deixando de lado a intenção de reformar o campo, e seus esforços foram deslocados para projetos de colonização e fortalecimento do agronegócio. Significativamente, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), criado pelo Estatuto da Terra para gerir a distribuição de terras, foi remodelado e

rebatizado como Instituto de Colonização e Reforma Agrária (IN-CRA), em 1970, alteração de nomenclatura bastante reveladora da mudança ocorrida na política dos militares para o campo.

Com o fim do regime militar e a emergência da "Nova República", o tema da reforma agrária volta à ordem do dia, impulsionado pelas forças de esquerda que apoiaram o processo de redemocratização, e também sob o influxo do acirramento dos conflitos sociais no campo. Nesse quadro, e visando atender às pressões e demandas reformistas, o governo Sarney criou o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, que esboça um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O ponto de partida foi ambicioso e promissor, pois foi feita uma estimativa de conceder terras a cerca de 1,5 milhão de famílias durante a vigência do governo²⁸. Militantes de esquerda e estudiosos da 28 questão agrária foram colocados em postos-chave do aparato estatal, o que se combinou com a esperança despertada pelo fim do autoritarismo para gerar expectativas positivas em relação às promessas reformistas. Baldadas esperanças. Nova arregimentação de forças conservadoras lançou obstáculos no caminho da reforma agrária, e as propostas do primeiro governo pós-regime militar, para alterar as relações sociais, não se tornaram realidade.

Nesse novo contexto de mobilização direitista contra a reforma agrária, continuou presente a TFP, particularmente empenhada em atacar os grupos católicos de esquerda, ligados aos movimentos sociais. No entanto, a grande novidade foi o surgimento da União Democrática Ruralista (UDR), que galvanizou as atenções e assumiu a vanguarda da luta pela manutenção do status quo no campo²⁹. A UDR foi fundada em meados de 1985, como uma reação imediata aos projetos reformistas anunciados pelo governo Sarney. A base de apoio da entidade situava-se, principalmente, entre os grandes pecuaristas de Goiás, Triângulo Mineiro e Pontal de Paranapanema, mas, com o crescimento de sua influência, alcançou seguidores por todo

o país. Os fundadores da entidade precisavam de instrumentos de ação ágeis para combater a reforma agrária, por isso a recusa em utilizar as organizações tradicionais dos proprietários rurais, vistas como superadas e propensas a compromissos políticos que os líderes da UDR não estavam dispostos a aceitar. As maiores novidades trazidas pela UDR residiam nas estratégias de ação e marketing, marcadamente agressivas e ousadas, enquanto no plano das ideias houve poucas mudanças. A pregação do grupo liderado por Ronaldo Caiado representava, em sua essência, a continuação da tradição anti-reformista da grande propriedade rural brasileira, baseada numa mescla entre valores conservadores e liberais. Acusava-se o projeto reformista, entre outras coisas, de atentar contra o princípio da propriedade, de desorganizar a economia, de abrir caminho para o comunismo, de ser fútil e inócuo para resolver os problemas do país. O elemento novo do seu discurso era a ênfase crítica sobre os ideais socialistas, apontados como superados e decadentes em vista da maré neoliberal e do declínio do socialismo real. Esse ponto da pregação de Caiado contribuiu para o estabelecimento de uma imagem "moderna", que muitos viram no líder ruralista dos primeiros anos; um homem que apontava o dedo acusador para os arcaísmos da esquerda, enquanto defendia um setor da economia considerado produtivo e rico. Mas essa face jovem e moderna da UDR escondia um lado menos vistoso, ligado a uma arraigada tradição da luta por terras no Brasil, a violência. Assim como seus congêneres do passado, os ruralistas da UDR trataram de armar-se para combater os trabalhadores rurais e camponeses ao modo antigo: à bala. A violência no campo aumentou consideravelmente nos anos de atuação da UDR, e agora se matava não somente os homens do campo, mas também advogados e padres-vale a pena lembrar que os responsáveis pela morte do líder seringueiro Chico Mendes eram membros da entidade.

A mobilização das direitas na segunda metade dos anos 1980 foi coroada de sucesso. As pressões sobre a mídia, o governo e

o Congresso conseguiram retirar a reforma agrária da agenda prioritária. O PNRA de Sarney foi praticamente abandonado, o que se evidencia na estatística dos assentamentos realizados após 5 anos de governo; da ambiciosa meta original, uma ínfima parte foi cumprida, pois apenas cerca de 45 mil famílias receberam seus lotes de terra³⁰. Vitória semelhante alcançaram UDR e congêneres nos debates da Assembleia Constituinte de 1987-1988, em que conseguiram bloquear medidas constitucionais projetadas para acelerar o processo de reforma agrária. Os sucessos iniciais levaram a liderança da UDR a sonhar alto, projetando conquistar o próprio governo da República. Caiado lançou-se candidato à Presidência nas eleições de 1989, mas outro político jovem e "moderno" arrebatou o eleitorado conservador, e o fundador da UDR ameaçou menos de 1% dos votos. A decepção eleitoral, somada à sensação de que os objetivos originais já haviam sido conquistados, esvaziou a entidade, que praticamente deixou de existir nos anos iniciais da década de 1990. Com o recrudescimento das invasões de terras e o fortalecimento do Movimento dos Sem-Terra (MST), a UDR renasceu das cinzas, em 1996, mas sem o mesmo brilho apresentado na primeira fase.

No decorrer de um tempo longo, aproximadamente um século, as forças comprometidas com os interesses da grande propriedade lutaram para impedir mudanças na estrutura fundiária brasileira. Usaram armas de todos os tipos, inclusive palavras e argumentos, de que se serviram para tomar lugar na batalha das ideias. Como tentamos mostrar, tais grupos armaram-se de ideias retiradas das tradições conservadora e liberal, em certos casos, apropriadas em estado puro; no mais das vezes, mescladas em sínteses adequadas às peculiaridades do país.

Não se trata de dizer, incorrendo em equívoco flagrante, que o campo brasileiro passou um século incólume à ação do tempo, in-fenso a todo tipo de mudança. Houve introdução de inovações tecnológicas, aumento de produtividade, enfim, as

zonas rurais brasileiras assistiram a um certo tipo de modernização. Porém, até hoje, pelo menos, as forças conservadoras têm conseguido bloquear projetos de reforma da estrutura fundiária do país, concebidos para promover a distribuição da propriedade da terra e combater a desigualdade social. E, com isso, têm imposto derrotas a uma utopia fortemente enraizada no pensamento social brasileiro, inicialmente gerada no debate republicano e que, depois, em versão mais radical e popular, foi incorporada nas tradições socialista e comunista. Não obstante esses sucessos - ou insucessos-ou, talvez, exatamente por causa deles, a reforma agrária permanece uma demanda reclamada por segmentos expressivos da sociedade brasileira, e segue alimentando novas utopias revolucionárias.

¹ Para a primeira reflexão teórica de vulto sobre o conservadorismo, feita nos anos 1920, ver: MANNHEIM. O significado do conservantismo. Para uma revisão crítica do debate teórico em torno desse conceito, ver: SILVA. Redefinindo a direita.

² "Em todas as sociedades compostas de diferentes classes de cidadãos é necessário que algumas delas se sobreponham sobre as outras. Os nivela- dores, portanto, apenas mudam e pervertem a ordem natural das coisas." BURKE. Reflexões sobre a Revolução em França, p. 81.

³ LINHARES; SILVA. Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil.

⁴ O trabalhismo e a lavoura. A Rural, n. 426, outubro de 1956. O projeto de lei foi apresentado pelo PTB, tendo sido derrotado em 1957. Mas ele serviu de base para o Estatuto do Trabalhador Rural, que seria aprovado em 1963. Ver: CAMARGO. A questão agrária, p. 123-224.

⁵ Sindicalismo e anarquia rural. A Rural, n. 501, janeiro de 1963.

⁶ Proletariado e política. A Rural, n. 496, agosto de 1962.

⁷ Volta ao bom senso. A Rural, n. 506, junho de 1963.

⁸ A esse respeito, ver: MOTTA. Em guarda contra o perigo vermelho, o anticomunismo no Brasil (1917-1964).

⁹ Por exemplo, o deputado Armando Falcão (O espírito comunista das reformas de base do Governo Federal, A Rural, n. 505, maio de 1963) e o indiano Waiteswaram, ligado à organização Rearmamento Moral (A Rural, n. 499, novembro de 1962).

¹⁰ Num editorial de seu periódico, os líderes da SRB afirmam sua afinidade com o "mundo livre", em luta contra o comunismo internacional, mas colocam ressalvas:

"(...) liberdade, dentro de condições que não a confundam com a licenciosidade, a desordem e a anarquia (...)". *A Rural*, n. 499, novembro de 1962.

¹¹ Entre os ruralistas mineiros, pelo menos, ele foi bem recebido. Em eventos realizados por organizações de proprietários rurais nos anos de 1961 e 1962, a leitura do livro foi recomendada aos fazendeiros e, às vezes, mereceu moções de aplauso das respectivas assembleias. Ver: Arquivo Público Mineiro (APM), Fundo DOPS, rolo 18, pastas 220 e 276

¹² Exemplos: SIGAUD et al. Declaração do Morro Alto: programa de política agrária conforme os princípios de Reforma agrária, questão de consciência. OLIVEIRA. Sou católico: posso ser contra a reforma agrária?; FAORO. Reforma agrária: "terra prometida", favela rural ou "kolkhozes"?

¹³ "Os que ocupam situações inferiores quanto à posição social e à fortuna devem convencer-se bem de que a diversidade de classes na sociedade vem da própria natureza, e de que se deve procurá-la, em última análise, na vontade de Deus (...)." Bento XV apud SIGAUD et al. Reforma agrária - Questão de consciência, p. 138. "As desigualdades sociais, inclusive as que são ligadas ao nascimento, são inevitáveis (...)." Pio XII apud SIGAUD et al., op. cit., p. 132. "Essas desigualdades formam uma imensa hierarquia, em que cada degrau é como uma nota musical a compor uma grande sinfonia que canta a glória divina. Uma sociedade e uma economia estritamente igualitárias seriam, portanto, antinaturais." SIGAUD et al., op. cit., p. 64.

¹⁴ "(...) do mesmo modo que a perfeita constituição do corpo humano resulta da união e do conjunto dos membros, que não têm as mesmas forças nem as mesmas funções, mas cuja feliz associação e concurso harmonioso dão a todo o organismo a sua beleza plástica, a sua força e a sua aptidão para prestar os serviços necessários, assim também, no seio da sociedade humana, acha-se uma variedade quase infinita de partes dessemelhantes. Se elas fossem todas iguais entre si, e livres cada uma por sua conta de agir a seu talante, nada seria mais disforme do que tal sociedade. Pelo contrário, se, por uma sábia hierarquia dos merecimentos, dos gostos, das aptidões, cada uma delas concorre para o bem geral, vedes erguer-se diante de vós a imagem de uma sociedade bem ordenada e conforme à natureza". Leão XIII apud SIGAUD et al. Reforma agrária - Questão de consciência, p. 75,

¹⁵ *Ibidem*, p. 186.

¹⁶ Nos inúmeros encontros de fazendeiros ou "ruralistas" realizados entre 1961 e 1964 foram apresentadas queixas sobre suposta falta de apoio do governo à agricultura. O tom da argumentação dos proprietários de terras era o seguinte: em vez de pensar em redistribuir a terra, o governo deveria apolar a "lavoura" para que a produção pudesse aumentar. No acervo documental do DOPS/MG há vários relatórios sobre esses eventos. Ver, principalmente: APM, Fundo DOPS rolo 15, pastas 220 e 223; rolo 18, pasta, 276 e rolo 67, pasta 4632.

¹⁷ BURKE . Reflexões sobre a Revolução em França, p. 221

¹⁸ HIRSCHMAN. A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça, p. 15-16.

¹⁹ FAORO. Reforma agrária: "terra prometida", favela rural ou "kolkhozes", p.13.

²⁰ "A pesquisa foi realizada nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul, mas pode significar um quadro representativo para o conjunto do país. Ver. FIGUEIREDO. Estrutura e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável, p. 26-35.

²¹ "Isso também pode ser a explicação para o fato de mesmo a extrema-direita defender algum tipo de reforma. O efeito retórico visaria a evitar uma alienação completa em relação à maioria da opinião pública.

²² "Ver: BRASIL, Estatuto da Terra. Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964. Note-se que o dispositivo vale apenas para propriedade rural; as outras formas de propriedade continuam protegidas pelo estatuto da indenização em dinheiro.

²³ MARTINS. A Militarização da questão agrária no Brasil, p. 56.

²⁴ A Rural, n. 523, novembro de 1964.

²⁵ "Com o direito e a justiça". In: A Rural, n. 522, outubro de 1964. Vale ressaltar que as duas medidas mais importantes do Estatuto da Terra - reforma do artigo 141 da Constituição e criação de imposto progressivo sobre a terra - haviam sido defendidas por lideranças de esquerda no pré-1964. As duas medidas encontravam-se entre as propostas aprovadas no 1º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizado em novembro de 1961. APM, Fundo DOPS, rolo 13, pasta 159.

²⁶ BRUNO. Senhores da terra, senhores da guerra, p. 18

²⁷. Esse eixo de análise foi desenvolvido por MARTINS. O poder do atraso - Ensaios de sociologia da história lenta, p. 69.

²⁸ LINHARES; SILVA. Terra prometida - Uma história da questão agrária no Brasil, p. 195

²⁹ Em algumas ocasiões, TFP e UDR chegaram a cooperar. Ver: BRUNO. Senhores da terra, senhores da guerra, p. 52

³⁰ FREITAS. UDR: formação, ascensão e queda de uma organização dos proprietários rurais, p. 54.

Referências Bibliográficas

ANTOINE, Charles (Pe). O integrismo brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BRASIL Estatuto da Terra: Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964. Brasília: Imprensa Nacional, 1965. BRUNO, Regina. Senhores da terra, senhores da guerra. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

BURKE, Edmund. Reflexões sobre a Revolução em França. Brasília: EdUnB, 1982.

CAMARGO, Aspásia. A questão agrária. In: FAUSTO, Boris (Org.). O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1981. p. 123-224. t. 3, v. 3. DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAORO, Attilio Guilherme. Reforma agrária: "terra prometida", favela rural ou "kolkhozes"? São Paulo: Vera Cruz, 1987.

FIGUEIREDO, Argelina. Estrutura e escolhas: era o golpe de 1964 inevitável?

Seminário 40 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: 7Letras; FAPERJ, 2004. FREITAS, Ananias José de. UDR: formação, ascensão e queda de uma organização dos proprietários rurais. Dissertação (Mestrado) - DCP, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

HIRSCHMAN, Albert O. A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. IANNI, Octavio. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS-IPÊS. A Reforma agrária (Problemas - Bases - Solução). São Paulo: IPÊS, 1964.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Terra prometida - Uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999,

MAISTRE, Joseph de. Considérations sur la France. Genève: Éditions du Milieu du Monde, 1936 (1. éd. 1796). MANNHEIM, Karl. O significado do conservantismo. In: FORACCHI, Marialice Mencarini (Org.). Karl Mannheim: sociologia. São Paulo: Ática, 1982.

MARTINS, José de Souza. A Militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. O poder do atraso - Ensaio de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MERCADANTE, Paulo. A consciência conservadora no Brasil. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002. OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Sou católico: posso ser contra a reforma agrária? 2. ed. São Paulo: Vera Cruz, 1982.

PÁDUA, José Augusto. A UDR e o discurso de Ronaldo Caiado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. (mimeo.).

ROMANO, Roberto. Conservadorismo romântico. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1997.

SIGAUD, D. Geraldo de Proença et al. Reforma agrária-Questão de consciência. 4. ed. São Paulo: Vera Cruz, 1962.

_____. Declaração do Morro Alto - Programa de política agrária conforme os princípios de Reforma agrária, questão de consciência. 2. ed. São Paulo: Vera Cruz, 1964.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Redefinindo a direita. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (Org.). Dicionário crítico do pensamento da direita. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2000.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Os Senhores das Gerais: os novos inconformes e o golpe militar de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

TRINDADE, Liana Salvia. As raízes ideológicas das teorias sociais. São Paulo: Atica, 1978.